

Presidente quer desonerar carne na cesta básica

Congresso Assunto deve ser tratado no projeto de lei que trata das regras de funcionamento da CBS e do IBS, tema de um dos grupos da Câmara

Lula defende inclusão de carnes na cesta desonerada

Fabio Murakawa, Jéssica Sant'Ana, Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) defendeu na terça-feira (2) a inclusão de carnes na cesta básica desonerada da reforma tributária. Pela proposta oficial do próprio governo, as proteínas animais estariam na chamada cesta básica estendida, com alíquota de 40% da padrão. A declaração de Lula foi dada em um dia de reuniões entre deputados dos grupos de trabalho da regulamentação da reforma.

"Sou favorável [à inclusão da carne na cesta básica na reforma tributária]. Tem vários tipos de carne. A carne chique pode pagar um impostozinho. O frango, o músculo, o acém, o coxão mole, tudo isso pode ser evitado [de pagar tributo]. Eu acho que a gente precisa colocar a carne na cesta básica, sim, sem pagar imposto", defendeu o presidente entrevista à Rádio Sociedade, durante visita à Bahia.

O assunto deve ser tratado no projeto de lei que trata das regras de funcionamento da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), tema de um dos grupos da Câmara. O outro colegiado trata do texto que institui o Comitê Gestor do IBS.

Nessa segunda frente, um dos temas tratados foi a definição sobre as regras de um ressarcimento de R\$ 3,8 bilhões pagos pelos Estados à União para financiar o funcionamento do órgão, afirmaram os parlamentares.

O entendimento, até o início da noite de terça-feira, era de uma decisão favorável ao governo federal. Os deputados foram convencidos pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, diante do impacto fiscal da medida, que pode ter efeitos já a partir de 2027.

O texto determina que o governo federal desembolsará R\$ 3,8 bilhões para financiar a criação e funcionamento do comitê-gestor durante o período de transição

da reforma tributária. O IBS é um imposto estadual/municipal, mas a União bancaria a criação do comitê enquanto o novo imposto não está em funcionamento — e depois seria ressarcida por esse empréstimo.

O repasse do governo federal começará em R\$ 600 milhões em 2025 e chegará a R\$ 1,2 bilhão em 2028. A partir de junho de 2029, os Estados e municípios começarão a devolver o dinheiro, num parcelamento que demorará dez anos. Mas defendem que o reajuste das parcelas ocorra pela inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Já o governo federal quer corrigir os valores pela taxa Selic, a taxa básica de juros da economia. Na reunião da terça-feira, segundo deputados do GT, Haddad pediu que essa proposta seja aprovada porque uma devolução menor de dinheiro causará impacto no resultado primário do governo federal, que já vive um quadro de dificuldades nas contas.



Benevides: deputado fez ponderação favorável ao pedido do ministro da Fazenda

"O ministro falou que, se fizer diferente [pelo IPCA], terá impacto primário. E trazer impacto primário, agora, para ele não é adequado. Pondero aos Estados que não vamos insistir nesta questão, é pouca coisa, inclusive pelos valores repartidos", afirmou o deputado Mauro Benevides (PDT-CE) durante audiência pública com representantes dos governadores.

Os deputados também informaram que vão determinar que os julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) sobre a CBS e do comitê-gestor sobre o IBS sejam vinculados a jurisprudência firmada pe-

lo fórum de harmonização.

De acordo com eles, o projeto de lei não previa isso, o que poderia causar divergências de aplicação do IBS e da CBS no futuro, apesar de os dois impostos terem a mesma legislação.

Uma empresa poderia ser cobrada pelo imposto no âmbito federal, por exemplo, mas ficar isenta no julgamento em âmbito estadual, o que causaria insegurança jurídica.

"Vamos fortalecer o comitê de harmonização para que o IBS e CBS, que hoje nascem irmãos, não se tornem primos distantes", afirmou o deputado Pedro Campos (PSB-SP).

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Política Caderno: A Pagina: 12